



A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DOCUMENTOS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO¹

PHYSICAL EDUCATION IN NATIONAL HIGH SCHOOL CURRICULAR DOCUMENTS

LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LOS DOCUMENTOS CURRICULARES DE LA ESCUELA SECUNDARIA NACIONAL

Marcos Garcia Neira,

Universidade de São Paulo - (USP)

INTRODUÇÃO

É sabido que o discurso curricular oficial exerce grande influência na divulgação e fortalecimento de noções sobre o ensino, muito embora isso não represente um processo determinante, tampouco definitivo. Em que pesem as singularidades e acepções específicas, um texto com tal propósito anuncia, por meio das concepções embutidas, o cidadão ideal para construir ou consolidar um determinado modelo de sociedade, bem como os meios para operar tal empreitada.

Partindo dessas premissas, o presente estudo se debruça sobre os documentos curriculares de Educação Física no Ensino Médio produzidos pelo Ministério da Educação no último quarto de século. Sem qualquer intenção de anunciar a verdade definitiva ou a “melhor interpretação”, submete os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM (BRASIL, 1999), as Orientações Curriculares do Ensino Médio - OCEM (BRASIL, 2006) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) à análise cultural. Nessa vertente investigativa, a preocupação recai no modo como um conjunto de forças opera para produzir e

¹ Apoio financeiro da Fapesp – Processo nº 2022/06919-5



disseminar significados acerca das coisas do mundo, inferindo e avaliando não só as condições de emergência de um determinado discurso, como seus possíveis efeitos.

A análise cultural, conforme aponta Lisboa Filho (2021), permite ao pesquisador envolver-se no ir e vir da pesquisa; assim, com sua interpretação, procura superar descrições superficiais de fatos descontextualizados, substituindo-as por leituras e análises densas dos textos culturais caracterizados pelos contextos de sua produção, pelas intenções daqueles que os produzem e pelos significados mobilizados durante o processo.

A análise cultural dos documentos curriculares nacionais do Ensino Médio propiciou entremear posicionamentos, enunciações e saberes, sem esperar que o resultado ultrapassasse o simples devir. Devir constituído pela imersão na produção curricular relativa ao ensino da Educação Física, para compreender a maneira como o discurso oficial significa o componente nessa etapa da escolarização obrigatória.

PCNEM

Organizado em áreas, o texto dedicado ao componente foi inserido na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, ao lado de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Informática. Em poucas páginas e sob o título “Conhecimentos da Educação Física” constam os argumentos que fundamentam a concepção que perpassa a proposta, bem como as “Competências e habilidades a serem desenvolvidas”.

O texto pontua que no final do século passado o modelo esportivista hegemônico no Ensino Médio dava sinais de esgotamento. Os PCNEM responsabilizam essa vertente de ensino pelo afastamento dos estudantes das aulas, o que não significa desinteresse dos jovens pelas práticas corporais, afinal muitos deles acumulam experiências extraescolares com as brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas que lhes trazem satisfação, incremento das relações sociais, acesso a saberes variados, entre outras experiências positivas.

O discurso curricular anuncia que a Educação Física deve alinhar-se aos objetivos do Ensino Médio, isto é, proporcionar aos estudantes o “aprofundamento da sistematização do conhecimento”, afinal, é nessa etapa que “o aluno começa a compreender que há propriedades



comuns e a lidar com a regularidade científica” (p. 67). Tal raciocínio dá sustentação à concepção oficial. Eis o que motiva os PCNEM a buscarem apoio no movimento europeu do fim do século passado que objetivava a promoção da saúde na escola através da melhoria da aptidão física do alunado.

[...] uma Educação Física atenta aos problemas do presente não poderá deixar de eleger, como uma de suas orientações centrais, a da educação para a saúde. Se pretende prestar serviços à educação social dos alunos e contribuir para uma vida produtiva, criativa e bem-sucedida, a Educação Física encontra, na orientação pela educação da saúde, um meio de concretização de suas pretensões. (p. 68).

O currículo federal parte do pressuposto que a função da Educação Física é formar praticantes de atividades físicas, e não mais espectadores como, na interpretação oficial, vinha acontecendo. A defesa dessa concepção dá vazão ao discurso alarmista que relaciona a falta de atividade física ao aumento da incidência de doenças cardiovasculares. Tal discurso curricular estabelece como meta prioritária a formação de um certo tipo de sujeito, aquele que gerenciará sua rotina de exercícios físicos e hábitos alimentares com vistas a bem cumprir as tarefas laborais sem afastar-se do posto de trabalho ou onerar o Estado na remediação das consequências do sedentarismo.

Os PCNEM sugerem, por exemplo, que os estudantes trabalhadores do ensino noturno participem de programas de promoção de exercícios físicos com vistas à “reposição de energias, estímulos de compensação e redução de cargas resultantes do cotidiano profissional” (p. 71). Repudiando o senso comum, apoiam-se em resultados de pesquisas para afirmar que exercícios noturnos estimulam a secreção de endorfina, gerando efeitos positivos no organismo.

Considerando que o debate cultural se instalara no campo, não há como negar que os PCNEM de Educação Física representam um retrocesso ao ressuscitar velhas preocupações com a aptidão física. Em sua defesa, é possível dizer que tal apelo decorreu do esvaziamento que o componente enfrentava no Ensino Médio. Conforme o próprio documento, toda a crítica



(mal elaborada e tendenciosa) despejada pelos setores acadêmicos sobre a prática pedagógica realizada nas escolas “não colocara nada no lugar”. Por outro lado, a propagação de narrativas sobre os benefícios da atividade física para a saúde, a popularização das academias de ginástica e o culto a uma determinada estética corporal levaram muitos professores a modificarem suas aulas em busca de um reposicionamento do componente.

OCEM

Elaboradas com vistas a suplantarem o texto anterior, as OCEM repetem a configuração em áreas, alocando a Educação Física nas “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”. O documento aloca as práticas corporais no processo educativo como “chaves de leitura do mundo”, ou seja, considera-as uma via para acessar a leitura do real, pois “as práticas corporais possuem valores nelas mesmas, sem a necessidade de serem ‘traduzidas’ para outras linguagens para obter o seu reconhecimento” (p. 218). Revela-se, portanto, a inspiração estruturalista que perpassa a noção de prática corporal:

Por meio do movimento expressado pelas práticas corporais, os jovens retratam o mundo em que vivem: seus valores culturais, sentimentos, preconceitos, etc. Também “escrevem” nesse mesmo mundo suas marcas culturais, construindo os lugares de moças e rapazes na dinâmica cultural (p. 218).

Acontece que as OCEM contradizem o afirmado quando assumem que “as formas como cada um dos jovens enxergam a escola e suas possibilidades de exercícios de práticas corporais são várias: como forma de ascensão social; como espaço de encontro, local de expressão e troca de afetos; como lugar de tédio e de rotinas sem sentido, entre outros” (p. 220). A ideia é reiterada mais adiante: “entendemos que um dos papéis da Educação Física é compreender e discutir junto a esses jovens os valores e significados que estão por trás dessas práticas corporais” (p. 223). Entretanto, resvala ao enfatizar que:



Ciências do Esporte / Educação Física, Soberania Popular no Brasil e na América Latina: Redirecionando as forças democráticas nas águas do Dragão do Mar

17 a 22 de setembro de 2023 / Fortaleza – Ceará

[...] o desafio de primeira hora passa a ser a disciplina se transformar num componente curricular que privilegie a movimentação dos jovens no sentido oposto ao discurso da competição de mercado, aos modismos acerca do corpo e às práticas prontas e vendidas (p. 223).

O documento oscila entre a perspectiva estruturalista que fixa significados e concebe a experiência escolar como *locus* para transmiti-los aos alunos, e a pós-estruturalista, quando supõe que os significados atribuídos às práticas corporais se encontram em disputa e, nesse caso, precisam ser conhecidos e discutidos na escola.

Se, por um lado, o texto se esforça para introduzir a questão da significação das práticas corporais, mesmo que de forma confusa, a bibliografia disponível ao final do documento não contém nenhuma obra que contemple essa discussão. Simplesmente chove no molhado, abandonando o professor à própria sorte ou, o que é pior, submetido, outra vez mais, à crítica pela crítica instalada na área desde os anos 1980.

BNCC

O texto introdutório da área das “Linguagens e suas Tecnologias” reserva apenas cinco parágrafos para explicitar a concepção de Educação Física. Diga-se de passagem, que, além de insuficiente, é confuso.

A área contribui para formar sujeitos capazes de usufruir, produzir e transformar a cultura corporal de movimento, tomando e sustentando decisões éticas, conscientes e reflexivas sobre o papel das práticas corporais em seu projeto de vida e na sociedade. A cultura corporal de movimento é entendida como o conjunto de práticas culturais em que os movimentos são os mediadores do conteúdo simbólico e significativo de diferentes grupos sociais. Por isso, sua abordagem na educação básica exige que as experiências corporais dos estudantes sejam integradas à reflexão sobre a cultura corporal de movimento (p. 475)



O entendimento de cultura corporal de movimento merece ressalvas. Os movimentos não são mediadores de conteúdo algum. Somos nós, sujeitos da cultura que lhes conferimos significados. Estudos recentes sobre o assunto explicam que a expressão “cultura corporal de movimento” reduz o conceito aos saberes que implicam movimentação, deixando de fora toda a produção discursiva que abarca as práticas corporais. Aliás, a noção de práticas corporais quando vinculada à ideia de “movimento” também sofre amputações (BORGES; NEIRA, 2023).

As habilidades em que se visualizam saberes da Educação Física não escondem a instrumentalização do componente:

Selecionar e utilizar movimentos corporais de forma consciente e intencional para interagir socialmente em práticas da cultura corporal, de modo a estabelecer relações construtivas, éticas e de respeito às diferenças (p. 487).

Praticar, significar e valorizar a cultura corporal de movimento como forma de autoconhecimento, autocuidado e construção de laços sociais em seus projetos de vida (p. 487).

Finalmente, repetindo os equívocos da BNCC do Ensino Fundamental, o texto oficial do Ensino Médio despreza a condição exercida pelos estudantes como sujeitos da cultura e insiste em fixar os significados alusivos à cultura corporal. A cultura corporal é em si mesma esse território em que convivem diversas significações alusivas às práticas corporais, podendo ser tomadas, inclusive, como forma de autoconhecimento, autocuidado e construção de laços sociais. Assim sendo, o professor poderá, no máximo, organizar situações didáticas em que os educandos acessem tais significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À época da produção dos PCNEM era iminente o desaparecimento da Educação Física nessa etapa da escolarização. Tudo o que pudesse colocar um ponto final nas aulas livres ou



no absentismo que assolava o componente parecia bem-vindo. A proposta expressa no documento desfrutava de certa simpatia entre o professorado, obviamente influenciado pelas conexões com a conquista de um estilo de vida saudável. Se hoje esse argumento parece ultrapassado, nos anos 1990 a receptividade era bastante positiva. Sobretudo quando se recuperam os interesses político-econômicos que sustentavam inúmeros programas que difundiam os benefícios da vida ativa.

As OCEM percorreram uma trajetória distinta, mesmo porque o momento era outro. O país era governado por uma frente popular e a publicação do documento foi precedida por debates e contribuições. Os problemas residem no distanciamento da escola e na tergiversação, cujo sentido se perde em meio ao emaranhado conceitual (SOARES JÚNIOR; ROMEIRO, 2020). Sendo um texto de apoio à prática pedagógica, desconsiderar o que acontecia nas escolas e, principalmente, quem eram os professores da época, constituíram falhas imperdoáveis.

Essas considerações não cabem quando se mira a BNCC do Ensino Médio. Aos olhos dos especialistas, não pairam dúvidas acerca da intenção dessa política curricular. Enquanto a produção científica identifica uma forte inclinação das propostas estaduais e municipais para uma educação a favor das diferenças como um princípio basilar a ser incorporado pelas políticas curriculares, a concepção que perpassa o currículo federal submete a educação à lógica da doutrina político-econômica neoliberal (CORTI, 2019).

REFERÊNCIAS

BORGES, C. C. O.; NEIRA, M. G. Cultura corporal como acontecimento discursivo no campo da Educação Física. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 311-325, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Orientações Curriculares do Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006.



Ciências do Esporte / Educação Física,
Soberania Popular no Brasil e na América Latina: Redirecionando
as forças democráticas
nas águas do Dragão do Mar

17 a 22 de setembro de 2023 / Fortaleza – Ceará

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CORTI, A. P. Política e significantes vazios: uma análise da reforma do Ensino Médio de 2017. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, e201060, 2019.

LISBOA FILHO, F. F. Contribuições dos Estudos Culturais para a construção de um protocolo de pesquisas voltado à produção de sentidos. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, v. 8, n. 16, 2021.

SOARES JÚNIOR, N. E.; ROMEIRO, A. C. V. L. As orientações curriculares para o Ensino Médio: uma análise da área da linguagem. **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 946-955, dez. 2020.